

PROBLEMAS DA PESCA ARTESANAL MARINHA NA TAÍBA E PECÉM - SÃO GONÇALO DO AMARANTE-CE

Maria Bonfim Casemiro¹
José Hélio Alves Gondim²
Cristiano da Silva Rocha³
José Lucas Marques Albuquerque⁴
Fábio Perdigão Vasconcelos⁵
Fábio de Oliveira Matos⁶

INTRODUÇÃO

A zona costeira vem sendo alvo de políticas variadas de governo, investimento privado e estudos acadêmicos em virtude da sua importância estratégica para diversos setores da vida social, política, meio ambiente e economia. O litoral é um espaço altamente dinâmico por possuir diferentes feições e situações, resultado da relação direta entre oceano e continente sendo alvo de uma busca desenfreada por espaço: moradia, turismo, atividades industriais, portuárias, náuticas, lazer, entre outras, isto é, exige da gestão pública um planejamento eficaz, que acompanhe o ritmo das demandas sob pena de acentuação dos problemas oriundos dessa dinâmica e da disputa por espaço. Vale salientar que praticamente toda ação incidente no litoral acaba tendo reflexo imediato no espaço marítimo, uma vez que, estamos tratando de um espaço que é, por excelência, de integração.

No estado do Ceará a expansão urbana da zona costeira ocorreu de forma desordenada, com forte adensamento de residências construídas às margens de rios, lagoas e em áreas de mangue. Especificamente, o litoral do município de São Gonçalo do Amarante (SGA) possui aproximadamente 25 km de faixa litorânea que se estende entre as divisas do município de Caucaia e Paracuru, abrange as praias do Pecém, onde está situado o Porto e a praia da Taíba (PORTELA, FREIRE, MORAES, 2017). O início dessa ocupação indevida se deu a partir da década de 1970 com o surgimento das segundas residências, que passaram a ocupar áreas inapropriadas do ponto de vista ambiental, como em campo de dunas e faixa da berma de praia, o que resultou em sérios impactos sociais e ambientais. A escala espacial da presente pesquisa não ultrapassa o limite do mar territorial.

Estudos realizados no litoral de São Gonçalo do Amarante apontam que, nos últimos

¹ Doutora pelo Curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, mariabonfim@gmail.com;

² Graduando do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, heliogondim.geo@gmail.com;

³ Doutorando pelo Curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, cris1989rocha@gmail.com;

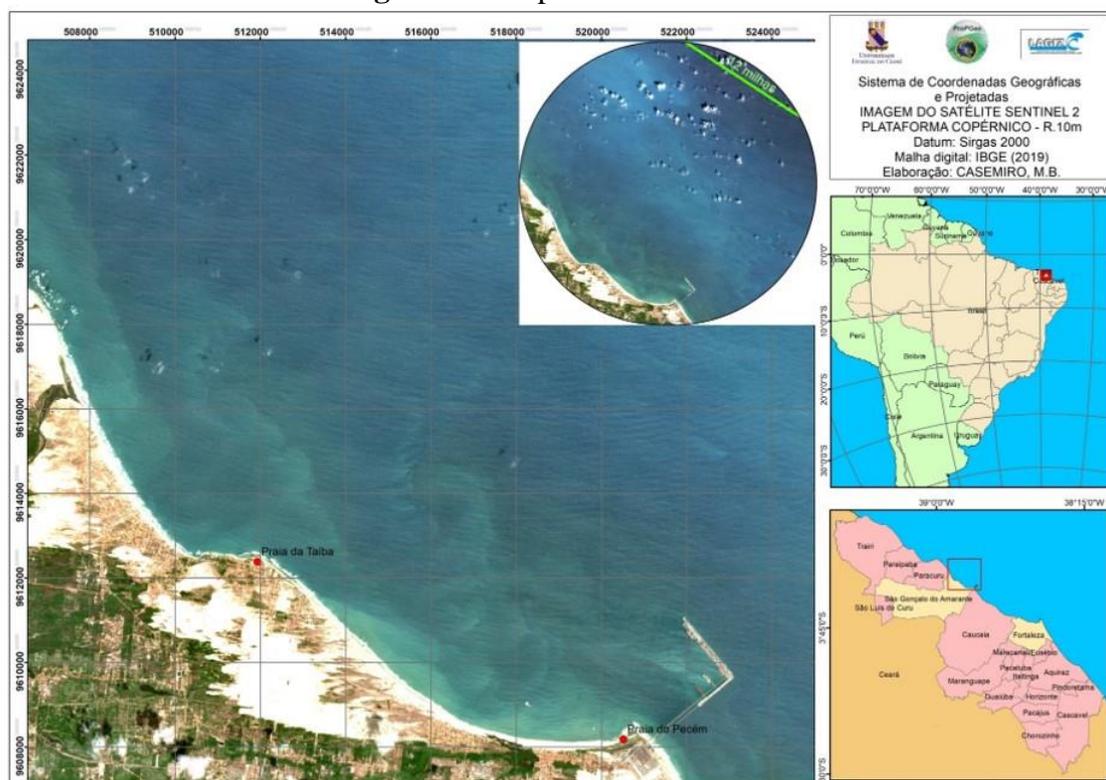
⁴ Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, lucas.albuquerque@aluno.uece.br;

⁵ Professor orientador: Doutor em Ciências da Terra da Universidade de Nantes, fabioperdigao@gmail.com

⁶ Professor Coorientador: Doutor em Geografia da Universidade Federal do Ceará - UFC, fabiomatos@ufc.br.

anos, mudanças na paisagem costeira do município têm sido rápidas; a exemplo da ocupação de campos de dunas nas praias do Pecém e da Taíba, área de estudo (Figura 1), processos erosivos na faixa de praia, crescente atividade turística e implantação de aerogeradores eólicos (PORTELA, FREIRE, MORAIS, 2017). Outra mudança perceptível se deu com a construção do Porto do Pecém, inaugurado em 2001, o porto funcionou (e ainda funciona) como agente de mudanças, um fixo que proporciona fluxos, com esses fluxos, as transformações socioespaciais induzidas fundamentalmente pelo capital industrial. Na área, se instalou o complexo portuário e industrial responsável pelo forte crescimento econômico da região. Através de um viés desenvolvimentista atendendo prioritariamente a demanda da economia, os ambientes naturais, lagoas e praias foram descaracterizados sob pontos de vistas diversos, seja: geomorfológico, pedológico ou ecológico, resultando em diminuição da recuperação desses sistemas ambientais (LEITE, RIZZATTI, SILVA, 2016).

Figura 1 – Mapa da área de estudo



Fonte: Elaborado pela autora.

A percepção ambiental é um instrumento que possibilita a escuta dos valores, necessidades e expectativas de populações locais em relação a determinado lugar. Trata-se de uma ferramenta que “possibilita a compreensão do eu e do outro, das relações afetivas, dos sentimentos e da relação com o ambiente” (ORSI *et al.*, 2015, p. 16). De acordo com Mendonça e Colesanti (2015), esse conceito é um indicador do nível de envolvimento de uma comunidade com diversas questões e principalmente quando envolvem questões ambientais locais. Isso pode

subsidiar um planejamento, a execução e o monitoramento das ações em planejamentos ambientais territoriais **e de determinados espaços costeiros** (grifo nosso).

Definida como tomada de consciência crítica em relação ao meio ambiente natural, resulta do entendimento do ambiente no sentido de aprender a proteger e a cuidar do mesmo (QUEIROS *et al.*, 2020), o conceito de percepção ambiental está ligado a visão que os colaboradores da pesquisa têm dos problemas e conflitos socioambientais na área estudada; é a opinião do pescador que vivencia a realidade. Nesse sentido, os estudos de percepção ambiental são importantes pois auxiliam na fomentação de planejamentos diversos, podendo contribuir para a diminuição da degradação ambiental de determinada localidade bem como ajudar os pescadores artesanais na geração de subsídios para futuras ações de investimento (LIMA *et al.*, 2019). Em suma, é um conceito que estuda a consciência crítica em relação ao meio ambiente, o modo no qual o indivíduo se comporta, entende e vê a natureza.

O objetivo geral do artigo é analisar os principais problemas existentes na atividade pesqueira artesanal na faixa marítima da Taíba em São Gonçalo do Amarante-Ce. Os objetivos específicos são caracterizar os principais problemas existentes na área de estudo; identificar a percepção ambiental dos pescadores acerca dos principais problemas existentes na área de estudo e compreender o papel dos pescadores na cobrança a resolução dos problemas existentes na localidade.

Procedimentos técnico-operacionais

Os procedimentos técnico-operacionais foram divididos em etapas de gabinete - levantamento bibliográfico e campo – aplicação de questionários aos atores sociais envolvidos na pesca artesanal; solicitando a sua percepção em relação aos principais problemas existentes na área de SGA; questões relacionadas ao papel do pescador na cobrança ativa por direitos o a partir de um questionário semiestruturado. Tal ferramenta é um instrumento forte na obtenção de informações, apoiado no aparato de um bom referencial teórico, o pesquisador é capaz de elaborar questões norteadoras que resultem em informações da população e contribuir para o esclarecimento de determinado tema que porventura tenha ficado obscuro no questionário. Ela vem sendo cada vez mais apropriada enquanto técnica exclusiva de constatação da “força das interações e da intersubjetividade” (MINAYO, COSTA, 2018, p. 145).

As etapas da pesquisa foram desenvolvidas a partir do norteamento dos três objetivos específicos. Cada um deles possui um procedimento distinto (Quadro 1).

Quadro 1 - Resumo das etapas metodológicas relacionadas aos objetivos específicos

<i>Objetivo específico</i>	<i>Ações</i>
Caracterizar os principais problemas existentes na área de estudo na perspectiva dos atores sociais envolvidos.	Revisão bibliográfica relacionada ao tema. Levantamento da importância da pesca artesanal para a área estudada por meio dos questionários aplicados aos atores sociais.
Identificar a percepção ambiental dos pescadores acerca dos principais problemas existentes na área de estudo	Coleta de dados através da aplicação de questionários semiestruturados com pescadores artesanais na área de estudo.
Compreender o papel dos pescadores na cobrança a resolução dos problemas existentes na localidade	Análise e integração dos dados obtidos com suporte de questionários, juntamente ao levantamento bibliográfico da pesquisa.

Fonte: Elaborado pela Autora.

RESULTADOS E DISCUSSÕES – OS PROBLEMAS DO PECÉM E DA TAÍBA

Os colaboradores da Taíba relataram que convivem com problemas infraestruturais com esgotos quebrada, que precisam de manutenção urgente (Figura 2A). Lidam com problemas de esgoto a céu aberto, possivelmente esgotos clandestinos – utilizando a galeria pluvial de maneira irregular - despejados diretamente na faixa de praia e proximidades de embarque e desembarque das jangadas (Figura 2B). Semelhante problema foi identificado na praia de Ponta Negra – Natal em um estudo realizado em 2014; à época, a praia de Ponta Negra encontrava-se poluída devido a existência de sistemas coletores de águas pluviais que acabavam por receber uma carga de esgoto na beira-mar devido as ligações clandestinas à rede coletora de água da chuva, como consequência a areia e a água do mar acabaram contaminadas, diminuindo, assim, a qualidade ambiental e visual da praia (SOARES, MEDEIROS e SALES FILHO, 2014).

Figura 2 - Infraestrutura de esgoto quebrado (A), e jogado próximo às jangadas (B)



Fonte: Elaborado pela autora.

Esse são indicativos de falta de manutenção por parte da gestão municipal. Um dos colaboradores reivindica um sistema de esgoto, limpeza e despoluição da praia; outro reforça a falta de políticas de saúde e saneamento, por considerar que, na Taíba. Esses problemas

apresentam desafios significativos para a saúde, o meio ambiente e a qualidade de vida dos pescadores e da comunidade local. A deterioração das estruturas de esgoto é um problema crônico que requer intervenção urgente. Em campo, os colaboradores da pesquisa citaram que em Taíba não há rede de esgoto e a coleta de lixo é ineficiente. “Rede de esgoto aqui em Taíba não há até onde sei”, citou um dos participantes entrevistados.

Na Taíba, os pescadores reconhecem sua omissão na cobrança; justificando que são desestimulados, pois quase nunca são ouvidos quando levam uma reivindicação, se ressentem da falta de um mini porto; citam que falta uma estrutura de apoio, prejudicando a capacidade de operar eficazmente. Isso impacta a economia local e a sustentabilidade da pesca. Observou-se em campo que, diferentemente dos pescadores de Pecém, os pescadores da Taíba não possuem ponto de apoio para desembarcar a mercadoria e aportar os barcos quando chegam do mar com suas jangadas, ou consertar suas redes. O único ponto de apoio que eles têm é na faixa de praia mesmo, local onde as jangadas ficam e disputam espaço com os turistas e barraqueiros.

Os pescadores do Pecém apontam ainda que convivem com dificuldades diárias, enfrentando o mar por longas horas na busca por sobrevivência. Às vezes, passam vários dias expostos ao sol escaldante a consertarem suas redes de pesca em um ambiente hostil, expostos ao vento e areia, sem um ponto de apoio. As dificuldades fazem alguns deles pensar em desistir, mas a necessidade quase sempre é maior, o que faz com que continue persistindo na atividade, até conseguirem a sua aposentadoria. Não raro, já doentes, precisam enfrentar o mar porque não possuem renda ou não conseguem se aposentar. Estudos desenvolvidos sobre a atividade da pesca artesanal no estado do Pará, também identificaram uma extrema precariedade de infraestrutura para o funcionamento e a plena execução de atividades pesqueiras, associe-se a isso os casos de inadimplência dos colaboradores (SANTOS, 2005).

Por mais de uma vez, nas duas praias analisadas, a poluição oriunda do despejo dos resíduos da pesca foi apontada como atitude negativa desempenhada pelos próprios pescadores da Taíba. Segundo um dos entrevistados, eles têm o costume de descartar irregularmente os peixes que não servem, ou mesmo limpar os peixes – retirando as escamas e jogando na faixa de praia. Foi apontado ainda que a poluição ocorre também a partir do óleo das embarcações, alguns não possuem o devido cuidado. Percebeu-se que na área, infelizmente, o lixo oriundo do resíduo da pesca ainda é prática comum de alguns pescadores. Alguns deles até reconhecem a importância de se proteger o meio em que vive, contudo relataram praticam essa ação danosa ao meio ambiente.

Os pescadores das duas praias afirmaram que vivenciam problemas como falta de apoio; falta de ajuda financeira do governo à categoria. Para eles falta a participação efetiva da gestão

pública de atenção, principalmente, da saúde do pescador. Um dos responsáveis pela colônia da existência ou não de algum (direito a assistência médica particular por parte de algum plano pago pela colônia, a representante falou que infelizmente os filiados da colônia de pescadores da Taíba ainda não possuem esse auxílio, no entanto ela afirma que tem lutado para conseguir realizar esse feito para os associados das duas comunidades. A carência de assistência à saúde para os pescadores, apesar dos riscos ocupacionais associados à pesca, é preocupante e indica a necessidade de políticas de seguridade social mais abrangentes.

O papel do pescador na cobrança de resolução dos problemas

A discussão relacionada à atribuição da nota por parte dos entrevistados quanto à atuação do pescador na cobrança ao poder público pela resolução dos problemas. A nota varia em uma escala de 0 (péssima cobrança) a 5 (excelente cobrança). As notas 1 e 2 são consideradas péssimas, 3 são indiferentes e nota 4 consideradas notas medianas (Tabela 1).

Tabela 1 – Nota atribuída ao papel do pescador na cobrança de resolução de conflitos

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Péssima		Indiferente	Bom	Excelente

Fonte: Elaborado pela Autora.

A pesquisa identificou que os entrevistados da Taíba atribuíram as notas mais baixas por considerarem que não costumam cobrar, citando que “a realidade nossa é que vivemos por nós mesmo, cada um por si; saímos na fé para o mar; sem colete, sem boia, nada, sem nenhuma segurança; apenas a incerteza se voltaremos vivos, sempre com fé no ser superior, mas segurança, não há”, citou um entrevistado ao justificar a nota 1 para esse quesito; ele justifica que falta uma mobilização da associação no sentido de apoiar essa classe na cobrança dos seus direitos. Estudos recentes de levantamento dos aspectos socioeconômicos relacionados aos pescadores e associações da colônia Z-48 do município de Apodi no Rio Grande Norte, apontam a existência de problemas internos que comprometem o andamento das atividades na colônia e refletem diretamente na vida do pescador, problemas principalmente relacionados ao pouco envolvimento desse profissional por melhorias diárias (VALE, COSTA, 2018).

Já no Pecém, uma ex-pescadora, hoje vinculada à gestão da colônia de pescadores atribuiu a maior nota - cinco - no tocante ao papel do pescador na cobrança de resolução dos problemas. Ela justifica a nota excelente por considerar que o pescador da localidade cobra bastante, mesmo não obtendo retorno. Essa fala contradiz o que foi dito pela maior parte dos colaboradores. Para eles o pescador vive acomodado, pois pensam que de nada adianta cobrar, dificilmente tem suas demandas atendidas. As justificativas citadas pelos colaboradores da Taíba e do Pecém para cada uma das notas são apresentadas abaixo (Quadro 2).

Quadro 2 - Justificativas das notas apontadas em cada uma das áreas

<i>Notas</i>	<i>Taíba</i>	<i>Pecém</i>
1. Péssima	“A colônia não contribui para organizar os pescadores.” “O pescador vive desmotivado, sem perspectiva de melhoria de vida, não cobra.”	“Os pescadores são muito desarticulados; não se juntam para cobrar os direitos; preferem esperar não sei o quê.” “Não cobra, prefere esperar um auxílio que possa vir do governo.”
2. Péssima	“Nós não temos o costume de cobrar, às vezes é melhor esperar por qualquer auxílio que possa vir do governo do que cobrar.” “O pescador da Taíba já sabe que dificilmente será ouvido, então de que adianta perder o meu tempo?”	“A lei do mais forte prevalece, manda quem tem dinheiro; quem nós somos, senão simples pescadores que luta pela sobrevivência contra aqueles que vivem, cercados de poder e cada vez mais loucos por dinheiro. Não podemos lutar contra esse poderio”.
3. Indiferente	“Nós somos reféns das dificuldades diárias.”	“Para alguns governantes, a pesca é vista como uma atividade insignificante, por que iriam olhar para a atividade?”
4. Bom	“O pescador é um profissional extremamente desvalorizado, mas apesar disso vive à espera e confia que dias melhores virão.”	“Apesar de sermos dia a dia massacrados e abandonados à própria sorte pelo poder público, nós resistimos e seguimos cobrando na medida do possível”.
5. Excelente	“O pescador cobra muito, contudo ele não recebe um retorno positivo, na maioria das vezes, nem retorno recebe”.	“Hoje o pescador não se assusta, busca conquistar seu espaço como profissional responsável por colocar alimentação na mesa de inúmeras famílias brasileiras”.

Fonte: Elaborado pela autora.

Diante do que foi apresentado, percebe-se que falta na localidade políticas públicas nas diversas instâncias de poder, como também, de um diálogo com a categoria, que apesar de fraca precisa de apoio e maior investimento dos gestores. Essas pessoas são indiferentes na cobrança pelos seus direitos pelo fato de sua invisibilidade aos olhos dos gestores públicos que preferem atender os interesses do grande capital já que são estes os que elevam a arrecadação de impostos dos órgãos governamentais. Nesse sentido, é urgente e necessário que os gestores públicos (federal, estadual ou municipal) invistam na categoria do pescador, dando total poder aos seus secretários para ampliar a contribuição de seus diferentes órgãos competentes para o desenvolvimento de políticas públicas de incentivo, principalmente, de apoio à atividade pesqueira (VALE, COSTA, 2018), e apoio ao pescador, profissional que vive à deriva, entregues à própria sorte (grifo nosso).

CONCLUSÕES

As conclusões da pesquisa revelam um panorama complexo e desafiador para a pesca artesanal nas praias da Taíba e Pecém, em São Gonçalo do Amarante-Ce. A partir da análise

dos problemas e da percepção ambiental dos pescadores locais, destacam-se alguns pontos chave.

Os pescadores enfrentam problemas significativos de infraestrutura: falta de rede de esgoto e coleta de lixo ineficiente na Taíba que afeta a saúde e a qualidade de vida do morador local. De desafios na gestão pública que se mostrou deficiente na resposta aos problemas enfrentados pelos pescadores. A falta de apoio estrutural adequado, como mini portos e pontos de apoio para desembarque e reparo de embarcações, reflete a negligência das autoridades em atender às necessidades básicas da comunidade pesqueira. Enfrentam ainda falta de engajamento comunitário visto que há uma sensação generalizada de desmotivação e falta de representatividade, onde os pescadores muitas vezes se sentem ignorados ou incapazes de influenciar as políticas públicas em seu benefício.

Conclui-se que é urgente a implementação de políticas públicas integradas voltadas as necessidades da comunidade pesqueira. Isso inclui investimentos em infraestrutura, saneamento básico, apoio social e ambiental e fortalecimento da representação dos pescadores na cobrança efetiva de seus direitos. Em suma, para promover a sustentabilidade da pesca artesanal é essencial um planejamento governamental eficaz, que respeite as dinâmicas socioambientais e empodere os pescadores como agentes de mudança e preservação dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

- MINAYO, M. C. S.; COSTA, A. P. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, v. 40, p. 139-153, 2018. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6439>>. Acesso em: 02 abr. 2021.
- VALE, S. D. P.; COSTA, F. R. Aspectos socioeconômicos das associações da colônia de pescadores e aquicultores do município de Apodi – RN. **Holos**, n. 34, v. 4, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/inter/a/FH3ZBH3kPbKxDKrjwBgFHQD/>>. Acesso em: 16 jan. 2023.
- ORSI, R. F. M.; WEILER, J. M. A.; CARLETTO, D. L.; VOLOSZIN, M. Percepção ambiental: uma ressignificação dos sentidos. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 32, n. 1, p. 20-38, 2015.
- MENDONÇA, M.; COLESANTI, T. M. Reflexões sobre teoria e prática em educação ambiental: estudo de caso da percepção ambiental da população do município de Uberlândia (MG). **Caminhos de Geografia**, v. 16, n. 56, p. 185-206.
- QUEIROZ, L. S. *et al.* The social and economic framework of artisanal fishing in the State Of Ceará, Brazil. **Geosaberes**, v. 11, p. 180-198, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/53505/1/2020_art_ldsqueiroz.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2021.
- LIMA, T. B. B. *et al.* Caracterização socioeconômica e percepção ambiental dos pescadores artesanais do município de Canguaretama, Rio Grande do Norte – Brasil. **Cadernos de geografia**, v. 1, n. 40, p. 67-78, 2019.